

Transparência blindava “lava jato” e opinava sobre futura fundação

Fernando Frazão/Agência Brasil



Conversas reveladas pela Agência Pública mostram Deltan pedindo que executivo de ONG defendesse a 'lava jato' na mídia
Fernando Frazão/Agência Brasil

[Reportagem](#) da *Agência Pública* publicada nesta segunda-feira (14/9) apresentou uma série de mensagens trocadas entre o procurador Deltan Dallagnol e o diretor-executivo da filial brasileira da Transparência Internacional, Bruno Brandão.

Os arquivos com os diálogos foram entregues ao *The Intercept* e provocaram uma série de reportagens publicadas pelo site e veículos parceiros sobre os padrões de atuação do consórcio de Curitiba.

Nas conversas divulgadas na reportagem desta segunda-feira apontam proximidade entre o procurador e o diretor-executivo da ONG que, por vezes, defendeu os métodos da autodenominada força-tarefa em veículos de imprensa. Muitas dessas manifestações de apoio à "lava jato" foram diretamente pedidas por Deltan.

Além da blindagem midiática, o executivo da ONG chegou a opinar sobre o controverso projeto de uma fundação que seria criada com parte dos fundos recuperados da Petrobras e que teria os tarefeiros em seu conselho.

"Bruno, será que a TI conseguiria soltar algo (equilibrado, como sempre) sobre liberdade de expressão até a próxima segunda?", questionou Deltan em um dos trechos revelados.

Em nota, a *Transparência Internacional* afirmou que esse tipo de relacionamento entre agentes públicos e a ONG faziam parte da natureza de seu trabalho e missão e atacou o trabalho dos jornalistas envolvidos na reportagem.

O MPF, por sua vez, afirmou que Deltan e Bruno Brandão "sempre se deram de modo republicano". É possível ler as respostas completas tanto da ONG como do MPF no [site](#) da *Agência Pública*.

Fundação



Em março de 2019, a **ConJur** publicou [reportagem](#) sobre o acordo assinado entre a Petrobras e os procuradores da "lava jato", que previa a criação de um fundo a ser administrado pelo Ministério Público Federal em Curitiba para investir no que eles chamavam de projetos de combate à corrupção.

Esta revista eletrônica **Consultor Jurídico** lembrou que a primeira tentativa de criar a famigerada fundação foi em 2016. O MPF teve uma brilhante ideia: pegar os valores recuperados com Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras, e, em vez de devolver para empresa, criar um fundo para combater a corrupção. Esse fundo, logicamente, seria gerido por integrantes do consórcio, sob a liderança de Deltan.

O relator da "lava jato" no STF era o ministro Teori Zavascki, que [negou categoricamente](#) a ambição pecuniária dos procuradores. O magistrado ressaltou que a estatal é uma empresa de capital misto e que, tendo sido lesada, devia ela receber a totalidade do que for recuperado. Não haveria nenhuma razão, portanto, para a União (leia-se MPF) ficar com esse dinheiro.

Os procuradores do consórcio de Curitiba [atuaram](#) junto a autoridades dos Estados Unidos na aplicação do *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) para punir empresas brasileiras. A norma permite que autoridades norte-americanas investiguem e punam fatos ocorridos em outros países. Para especialistas, ela é instrumento de exercício de poder econômico e político dos norte-americanos no mundo.

Por fim, [reportagem](#) da **ConJur** mostrou o elo entre o advogado **Modesto Carvalhosa** e a "força tarefa". Eles seriam sócios no negócio de R\$ 2,5 bilhões da Petrobras. O caso foi parar na Justiça.

A juíza Andrea Ferraz Musa, da 2ª Vara Cível de São Paulo, [apontou](#) que a **ConJur** fez crítica ácida e contundente, mas não difamou ao [publicar reportagem](#) informando que Carvalhosa era sócio da "lava jato" na tentativa de o MPF obter recursos desviados da estatal do petróleo.

Date Created

14/09/2020